

No segundo semestre de 2008, Maria Helena Barros de Oliveira e eu oferecemos uma disciplina intitulada “Saúde e Trabalho – Trajetória Política a Partir de Marcos Históricos, Legais e Conceituais”, na pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP-Fiocruz).

A disciplina foi organizada em forma de seminários compartilhados pelos alunos e professores, tendo cada um dos temas um debatedor convidado. Aberta a mestrandos, doutorandos e pessoas interessadas no tema, a disciplina tinha como objetivo a construção coletiva de uma publicação, a partir do material preparado e organizado pelos professores, alunos e convidados para os seminários.

O material organizado durante a disciplina, acrescido de alguns dos capítulos da minha tese de doutorado, “Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável – Apontamentos para uma Política de Estado”, defendida na ENSP-Fiocruz em 2007, foi sistematizado, compilado e revisto durante o ano de 2009 e o primeiro semestre de 2010, resultando na presente publicação.

Apesar de que a minha intenção e de Maria Helena fosse de que todos os que partilharam de algum modo da disciplina e de seus desdobramentos pudessem participar da confecção do livro, por motivos diversos isso não foi possível. Assim, fica aqui o agradecimento a todos os que andaram juntos nessa trilha e que, por certo, podem e devem se sentir coautores: Vanda D’Acri; Chico Pedra; Amaury Paciello; Wilson Prudente; Haroldo Gomes; Márcia Queiroz; Márcia Sales dos Reis; Danielle Vellozo; Tatiana

Fernandes de Souza; Milena Maciel de Carvalho; Jorge Gonçalves de Souza; e Sílvia Nobio Medeiros.

O livro tem uma lógica sequencial, no empenho de mostrar uma coerência do percurso histórico sobre as relações entre saúde, trabalho e direito, principalmente após a Revolução Industrial, quando o direito acerca da saúde dos trabalhadores ganha a feição moderna que temos até hoje.

Sempre procurando estabelecer conexões com a conjuntura internacional que motivou o surgimento de um direito mais sistematizado, buscamos focar as questões brasileiras, tentando compreender o modo como foi sendo delineada a nossa regra jurídica, suas razões e o contexto político que a motivou.

Em virtude da inter-relação entre os temas, vamos encontrar passagens que são mencionadas em mais de um dos 12 capítulos do livro. As menções sobre os mesmos temas foram mantidas com o cuidado de trazer aspectos não enfocados ou prismas distintos de observação. Do mesmo modo, em alguns capítulos foram evitados enfoques mais detalhados, sempre que o tema já tenha sido analisado de forma mais aprofundada em outro capítulo. Devido ao fato, recomendamos ao leitor que se sinta pouco esclarecido em relação a um determinado tema que verifique se o mesmo não foi alvo de outro capítulo. Embora cada capítulo tenha uma temática própria e uma autonomia conclusiva em si, o livro tem uma unidade e, por isso, sugerimos que seja lido como se o fizéssemos com a leitura de uma história, com começo, meio e fim.

*Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos*